

⇒ **REQUERIMENTOS:**

REQUERIMENTO S/Nº/2019 - deferido

DESARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI 203/2015

Autora: Deputada Lucinha

Dispõe sobre a proibição de patrocínio de eventos estudantis por empresas que fabriquem, comercializem ou distribuam bebida alcóolica, no território do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

REQUERIMENTO S/Nº/2019 - deferido

DESARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI 733/2015,

Autora: Deputada Lucinha

Dispõe sobre a desvinculação, nas faturas de energia elétrica, dos valores relativos ao consumo mensal de energia e à contribuição de iluminação pública, e dá outras providências.

REQUERIMENTO S/Nº/2019 - deferido

DESARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI 2.291/2016,

Autora: Deputada Lucinha

Dispõe sobre a reserva preferencial para distribuição ou venda de unidades habitacionais no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO S/Nº/2019 - aguardando deliberação da Mesa Diretora

Pedido de urgência ao Projeto de Lei nº 203/2015

Autora: Deputada Lucinha.

Dispõe sobre a proibição de patrocínio de eventos estudantis por empresas que fabriquem, comercializem ou distribuam bebidas alcoólicas, nos território do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

REQUERIMENTO S/Nº - 2019 - aguarda-se deliberação da Mesa Diretora

Requer regime de urgência do projeto de lei nº 255/2019

Autor: deputado Rodrigo Amorim

Altera os artigos 3º e 7º -b da Lei nº 7.483, de 08 novembro de 2016, alterada pela lei nº 7.627, de 09 de junho de 2017, que reconhece o estado de **calamidade pública** no âmbito da administração financeira declarado pelo Decreto nº 45 .692, de 17 de junho de 2016, e dá outras providências.

REQUERIMENTO S/Nº/2019 - aguardando deliberação da Mesa Diretora
REQUER URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 4187/2019

Autor: deputado Luiz Paulo

Dispõe sobre a exigência de metas de desempenho e sobre o estabelecimento de critérios objetivos para a avaliação da eficiência dos programas que envolvam a concessão de incentivos fiscais e benefícios de natureza tributária no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Saúde:

APROVADO na **COMISSÃO DE SAÚDE** o parecer do relator, deputado Waldecy da Saúde, ao **Projeto de Lei Nº 3371/2017**, de autoria da deputada Enfermeira Rejane que “Acrescenta o art. 8-A à lei nº 1179 de 1987, que dispõe sobre o pessoal da área de saúde, tabelas de vencimentos e dá outras providências”, **favorável com a emenda da CCJ**

Assunto Trabalhista:

APROVADO na **Comissão de Trabalho Legislação Social e Seguridade Social** o parecer da relatora, deputada Mônica Francisco, social ao **Projeto de Lei nº 2648/2017**, que “Dispõe sobre a vedação da desigualdade salarial, por motivo de sexo ou raça nas empresas fornecedoras de serviço ao estado do Rio de Janeiro, estabelece mecanismos de fiscalização, e dá outras providências”, **favorável com emenda.**

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

REDAÇÃO FINAL

PL nº 09/2019 - torna obrigatória a disponibilização de ar-condicionado nas unidades de pronto atendimento (upas), hospitais públicos e privados no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

REDAÇÃO DO VENCIDO PARA 2ª DISCUSSÃO

PL nº 315-A/2011- dispõe sobre a implantação do método de tratamento da Reeducação Postural Global (RPG) na rede de saúde pública estadual do Rio de Janeiro e dá outras providências.

PL nº 1301-A/2012 - Assegura o acesso às técnicas de preservação de gametas e ao tratamento para a procriação medicamente assistida aos pacientes em idade reprodutiva submetidos ao tratamento de câncer no âmbito do estado.

PL nº 2596-A/2013 - altera a lei nº 2.772, de 25 de agosto de 1997, que dispõe sobre o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos do pré-escolar e 1º grau da rede escolar pública e privada do estado do Rio de Janeiro.

PL nº 371-A/2015 - fica obrigada a impressão da data de validade no rótulo dos produtos cosméticos e de maquiagem produzidos no estado do Rio de Janeiro

**Sessão Plenária:
Dia: 19/03/2019**

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO, com emenda, o **Projeto de Lei 2093/2016**, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Estabelece o procedimento de destinação de projéteis e outros objetos perfurantes extraídos de vítimas de ato violento nas unidades públicas e privadas de saúde, na forma que menciona”. O PL vai à **redação do vencido para segunda discussão**.

2ª DISCUSSÃO

APROVADO, com emendas, **Projeto de Lei 742/2015**, de autoria da deputada Ana Paula Rechuan, que “Dispõe sobre a instalação de bicicletários nos estacionamentos públicos e privados, no âmbito do estado do Rio de Janeiro”. O PL vai à **redação final**.

RETIRADO DE PAUTA o **PROJETO DE LEI 981-A/2015**, de autoria do deputado Carlos Minc, que “Institui a política estadual de restauração ecológica e autoriza o poder público criar o plano estadual de restauração ecológica estabelece seus mecanismos e altera as leis estaduais nºs 1.060/1986, 3.239/1999 e 6.572/2013”, pelo autor.

**Sessão Plenária:
Dia: 20/03/2019**

1ª DISCUSSÃO

APRECIADO o **Projeto de Lei 1267/2012**, de autoria do deputado Dr. José Luiz Nanci, que “Dispõe sobre a certificação de controle de qualidade dos exames de mamografia nos hospitais das redes privada e pública de saúde do estado do Rio de Janeiro”. O PL **recebeu seis emendas e retorna às comissões técnicas**.

APROVADO, em primeira discussão, o **Projeto de lei 3944/2018**, de autoria da deputada Enfermeira Rejane, que “Cria o programa de capacitação dos agentes de segurança das empresas de transportes públicos para viabilizar o conhecimento da Lei Maria da Penha e dá outras providências. O PL recebeu 8 emendas de plenário.

Sessão Plenária:
Dia: 21/03/2019

2ª DISCUSSÃO:

APRECIADO o **Projeto de Lei 2474-A/2013**, de autoria do deputado Bebeto, que “Altera o artigo 1º da Lei 854, de 03 de junho de 1985, dando nova redação ao artigo 1º. (o artigo 1º passa a ter nova redação: ficam os hospitais e maternidades das redes públicas estadual e municipal e privados obrigados a adotar, como prática rotineira, as provas para diagnóstico precoce de fenilcetonúria, do hipotireoidismo congênito, doenças falciformes e outras hemoglobinopatias e fibrose císticas, deficiência de biotinidase e hiperplasia adrenal congênita). O projeto recebeu uma emenda e retorna às comissões técnicas.

2ª DISCUSSÃO (redação do vencido)

Projeto de Lei 491-A/2015, de autoria do deputado Tiago Mohamed, que obriga os estabelecimentos de saúde privados a exibir tabela de preço dos serviços prestados aos usuários. O PL recebeu quatro emendas e retorna às comissões.

Projeto de Lei 1703-A/2016, de autoria do deputado Marcos Muller, que “Proíbe, no estado do Rio de Janeiro, que as empresas de televisão por assinatura enviem cobranças ou qualquer outro tipo de aviso aos assinantes por meio de mensagens na televisão, em meio as programações televisivas habituais e dá outras providências”. O PL recebeu uma emenda e retorna às Comissões.

1ª DISCUSSÃO

APROVADO o **Projeto de lei 2648/2017**, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Dispõe sobre a vedação da desigualdade salarial, por motivo de sexo ou raça, nas empresas fornecedoras de produtos ou prestadoras de serviço ao estado do Rio de Janeiro, estabelece mecanismos de fiscalização, e dá outras providências”, com emenda da comissão de trabalho. O PL emendado vai à redação do vencido para 2ª discussão.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

AGORA É LEI:

LEI 8.315 DE 19 DE MARÇO DE 2019

Oriunda do PL 44/2019

Autor: Poder Executivo

Institui pisos salariais no âmbito do estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona, e estabelece outras providências.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Secretaria de Estado de Fazenda

Portaria SSER nº 180 de 11 de março de 2019

Acrescenta mercadorias ao Anexo Único da Portaria SSER nº 171/2018, que dispõe sobre a base de cálculo da substituição tributária do ICMS nas operações com cerveja, chope, refrigerantes, água mineral e bebida isotônica e energética. (DO-I de 18/3/19).

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Resolução Conjunta SEAS/INEA nº 04 de 18 de março de 2019

Estabelece o início do ciclo anual de apuração do ICMS Ecológico com vistas ao cálculo do índice final de conservação ambiental para o ano-fiscal 2020, bem como apresentada informações complementares sobre o preenchimento dos formulários e dos procedimentos de cadastramento e apuração do ICMS ecológico ano fiscal 2020. (DO-I de 20/3/19).

Instituto Estadual do Ambiente

Resolução INEA nº 170 de 19 de março de 2019

Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Instituto Estadual do Ambiente. (DO-I de 20/3/19).

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerência Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.